

Handwritten signature or initials in the top right corner.



PUBLISEGUR
corretores de seguros

RELATÓRIO E CONTAS

2025



✓ **Relatório de Gestão**

✓ **Contas**

✓ **Anexo às Demonstrações Financeiras**

✓ **Certificação Legal das Contas**






Relatório de Gestão

Exercício de 2025

RELATÓRIO DE GESTÃO



Exercício de 2025

Para dar cumprimento do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.**, com o número de pessoa coletiva 505.100.436 com sede social no Largo de São João, Garden Shopping Center, loja 21, freguesia da Guarda (Guarda), concelho da Guarda, e com o capital social de 75.000,00€ (Setenta e cinco mil euros), com a atividade principal de corretagem de seguros vem por este meio apresentar o Relatório de Gestão e Contas do exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2025, os quais expressam a sua situação financeira e resultados obtidos.

1. Evolução da Conjuntura

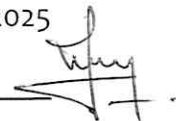
Economia Nacional

O exercício de 2025 decorreu num contexto de progressiva normalização macroeconómica, após o período de forte pressão inflacionista e aperto monetário registado em 2023 e 2024, no seguimento das políticas conduzidas pelo Banco Central Europeu.

Na área do euro, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) evidenciou uma trajetória de abrandamento ao longo do triénio, situando-se em cerca de **1,0% a 1,5% em 2023**, reduzindo para **0,8% a 1,0% em 2024** e estabilizando em níveis mais baixos, entre **0,5% e 0,8% em 2025**. Esta evolução reflete o impacto acumulado das condições financeiras restritivas, com efeitos sobre o consumo privado e o investimento.

Ao nível da inflação, observou-se uma trajetória de desaceleração significativa, passando de valores médios na ordem dos **5% a 6% em 2023**, para cerca de **3,5% a 4,0% em 2024**, e situando-se em **2,5% a 3,0% em 2025**, aproximando-se gradualmente da meta de estabilidade de preços. Em paralelo, as taxas de juro diretoras atingiram níveis máximos em 2024, mantendo-se em patamares elevados durante 2025, com a taxa de depósitos próxima de **4,0%**, refletindo uma política monetária ainda restritiva, embora com sinais de estabilização.

Em Portugal, a economia apresentou maior resiliência face à média da área do euro, ainda que igualmente marcada por uma desaceleração progressiva. O crescimento do PIB situou-se em cerca de **2,5% a 2,7% em 2023**, abrandando para aproximadamente **2,3% em 2024** e para **1,5% a 2,0% em 2025**, refletindo o menor dinamismo da procura interna. A inflação seguiu uma trajetória semelhante à europeia, reduzindo de níveis próximos de **5% em 2023** para cerca de **3,5% em 2024** e para **2,3% a 2,7% em**



2025. A taxa de desemprego manteve-se relativamente estável ao longo do período, situando-se entre **6,5% e 7,0%**, evidenciando a resiliência do mercado de trabalho.

O período em análise foi ainda marcado por fatores de incerteza externa, designadamente tensões geopolíticas e volatilidade nos preços da energia, que, embora com menor intensidade face a 2023, continuaram a condicionar o ambiente económico e empresarial.

Análise do Sector

No setor segurador, enquadrado pela supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, verificou-se ao longo do triénio um reforço contínuo das exigências prudenciais e regulatórias, bem como uma adaptação progressiva do mercado às condições macroeconómicas. O aumento das taxas de juro teve um impacto relevante, nomeadamente na valorização dos produtos financeiros e na reconfiguração da procura de seguros, com particular incidência nos ramos Vida.

Para as corretoras de seguros, a evolução macroeconómica entre 2023 e 2025 traduziu-se numa transição de um contexto de elevada inflação e instabilidade (2023) para um ambiente de maior estabilização, mas com menor crescimento económico (2025). Esta dinâmica implicou uma crescente sensibilidade dos clientes ao custo dos prémios e uma maior exigência na adequação das coberturas, simultaneamente reforçando a importância do aconselhamento especializado e da gestão ativa de carteiras de seguros.

Neste enquadramento, a atividade da sociedade desenvolveu-se num contexto de ajustamento progressivo do mercado, evidenciando desafios ao nível da manutenção de margens e crescimento, mas também oportunidades decorrentes do reforço da consciencialização para a gestão de riscos.

2. Evolução da atividade da empresa

No exercício de 2025 a Publisegur registou um aumento das prestações de serviços, passando de um valor global de 1.011.322,19€ em 2024 para 1.266.711,17€ em 2025.

O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos aumentou cerca de 24% e os gastos com pessoal cerca de 13% face ao ano anterior.

O resultado líquido do exercício de 2025 cifrou-se em 101.156,26€ (em 2024 foi de 45.921,16€).

3. Análise Económica e Financeira da Empresa

No exercício de 2025 o resultado líquido é positivo em 101.156,26€.

A empresa melhorou os Capitais Próprios, tendo aumentado em 6% sua Autonomia Financeira.

Rubrica	2025	2024	Variação	% Variação
Resultados Líquidos	101 156	45 921	55 235	120,28%
Capitais Próprios	624 436	523 280	101 156	19,33%
Total do Ativo	820 624	745 170	75 455	10,13%
Total do Passivo	196 188	221 890	-25 702	-11,58%
Autonomia Financeira	76,1%	70,2%		

O número médio de funcionários durante o período foi de 21.

4. Evolução Previsível da Atividade

A Publisegur tem razões para esperar um exercício de 2026 na linha de orientação do que tem vindo a apresentar, continuando a dedicar especial atenção à qualidade de serviços prestados aos clientes e na formação dos colaboradores, contudo é difícil efetuar previsões mais precisas para o volume de negócios na medida em que não é possível prever o efeito do elevado nível de inflação e da subida das taxas de juro de referência, que aponta para alguma estagnação nos últimos meses.

O período subsequente ao encerramento do exercício mantém-se marcado por um contexto macroeconómico exigente e incerto, suscetível de gerar pressões adicionais sobre a atividade das entidades.

Ainda assim, com base na informação atualmente disponível, não se identificam fatores que comprometam a continuidade das operações da entidade no futuro previsível. A gestão permanece, contudo, atenta à evolução do enquadramento económico, avaliando de forma contínua os potenciais impactos e adotando, sempre que necessário, medidas de mitigação adequadas.

No entanto, a Administração entende que mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

5. Gestão de Risco Financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da instituição. As políticas e sistema de gestão de

risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade.

Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas de financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas com a instituição no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente dos clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito da instituição, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da instituição, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na administração. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes a sua cobertura junto da instituição.

Risco de mercado

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os rendimentos da empresa. No entanto, no caso da empresa, a administração procura efetuar um cuidado planeamento da distribuição e encontra-se atenta às flutuações de mercado e às novas tendências.

6. Aplicação de Resultados

É proposto pela Administração da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2025, o qual se cifrou em 101.156,26€, seja aplicado do seguinte modo:

- Reservas legais: 5.057,81€
- Resultados transitados: 96.098.45€

7. Notas Finais

A Administração da Publisegur, acrescenta ainda uma palavra de agradecimento por toda a confiança manifestada pelos órgãos sociais, e pela cooperação de todos os colaboradores, clientes, instituições bancárias, fornecedores e das demais entidades que com ela se relacionaram.

8. Por fim, declara ainda que:

1. A empresa não é devedora quer ao Estado quer à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo).
2. Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.
3. Não existem ações próprias detidas pela empresa.
4. A empresa não apresenta quaisquer riscos ou contingências em termos de matérias ambientais.
5. A empresa dispõe de sete sucursais.
6. Não houve quaisquer autorizações concedidas nem se praticaram negócios entre a sociedade e a sua Administração.

Guarda, 13 de Abril de 2026

A Administração,





Contas

Exercício de 2025

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Balço individual em 31 de Dezembro de 2025

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8/9	146 452,03	154 141,84
Activos intangíveis	7	238 560,41	292 833,52
Outros investimentos financeiros	15	0,00	700,00
		385 012,44	447 675,36
Activo Corrente			
Cientes	15	24 418,93	15 706,49
Estado e outros entes públicos	15 / 20	0,00	905,08
Outros créditos a receber	15	147 314,63	145 703,79
Diferimentos	15 / 16	39 595,67	30 873,47
Caixa e depósitos bancários	4	224 282,77	104 305,55
		435 612,00	297 494,38
Total do activo		820 624,44	745 169,74
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	75 000,00	75 000,00
Outros instrumentos de capital próprio		150 000,00	150 000,00
Reservas legais		13 425,73	11 129,67
Outras reservas		24 000,00	24 000,00
Resultados transitados		260 854,35	217 229,25
		523 280,08	477 358,92
Resultado líquido do período		101 156,26	45 921,16
Total do capital próprio		624 436,34	523 280,08
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9 / 15	6 976,81	17 329,38
Outras dívidas a pagar		0,00	15 500,00
		6 976,81	32 829,38
Passivo corrente			
Fornecedores	15	5 002,70	3 091,02
Estado e outros entes públicos	15 / 20	34 301,14	24 279,83
Financiamentos obtidos	9 / 15	9 809,49	8 799,29
Outras dívidas a pagar	15	140 097,96	152 890,14
		189 211,29	189 060,28
Total do passivo		196 188,10	221 889,66
Total do capital próprio e do passivo		820 624,44	745 169,74

Guarda, 13 de Abril de 2026

O Contabilista Certificado
Membro nº 4557


A Administração




PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

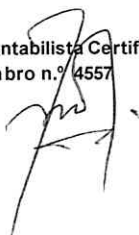
Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Unidade Monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Vendas e serviços prestados	11	1 266 711,17	1 011 322,19
Subsídios à exploração	12	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	17	(548 212,59)	(440 409,06)
Gastos com o pessoal	18	(500 420,21)	(441 132,17)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		(54 172,31)	(14 933,57)
Outros rendimentos	19	8 644,48	2 338,17
Outros gastos	19	(19 386,92)	(32 023,18)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		153 163,62	85 162,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(15 488,81)	(16 254,42)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		137 674,81	68 907,96
Juros e gastos similares suportados	15	(7 101,62)	(9 393,59)
Resultado antes de impostos		130 573,19	59 514,37
Imposto sobre o rendimento do período	14/20	(29 416,93)	(13 593,21)
Resultado líquido do período		101 156,26	45 921,16

Guarda, 13 de Abril de 2026

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557



A Administração



PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2024

Unidade Monetária: euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital Subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamento / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período		Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2024	1	75 000,00	0,00	0,00	0,00	10 311,75	24 000,00	199 750,72	0,00	0,00	16 358,44	325 420,91	325 420,91
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00	0,00
Realização de excedente de revalorização												0,00	0,00
Excedentes de revalorização												0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				150 000,00		817,92		17 478,53			(16 358,44)	151 938,01	151 938,01
	2	0,00	0,00	150 000,00	0,00	817,92	0,00	17 478,53	0,00	0,00	(16 358,44)	151 938,01	151 938,01
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										45 921,16	45 921,16	45 921,16
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3	0,00	0,00	150 000,00	0,00	817,92	0,00	17 478,53	0,00	0,00	29 562,72	197 859,17	197 859,17
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital												0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão												0,00	0,00
Distribuições												0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00	0,00
Outras operações												0,00	0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2024	6=1+2+3+5	75 000,00	0,00	150 000,00	0,00	11 129,67	24 000,00	217 229,25	0,00	0,00	45 921,16	523 280,08	523 280,08

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2025

Unidade Monetária: euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital Subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamento / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período		Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2025	6	75 000,00	0,00	150 000,00	0,00	11 129,67	24 000,00	217 229,25	0,00	0,00	45 921,16	523 280,08	523 280,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00	0,00
Realização de excedente de revalorização												0,00	0,00
Excedentes de revalorização												0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						2 296,06		43 625,10			(45 921,16)	0,00	0,00
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	2 296,06	0,00	43 625,10	0,00	0,00	(45 921,16)	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										101 156,26	101 156,26	101 156,26
RESULTADO INTEGRAL	9+7+8	0,00	0,00	0,00	0,00	2 296,06	0,00	43 625,10	0,00	0,00	55 235,10	101 156,26	101 156,26
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital												0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão												0,00	0,00
Distribuições												0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00	0,00
Outras operações												0,00	0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2025	6+7+8+10	75 000,00	0,00	150 000,00	0,00	13 425,73	24 000,00	260 854,35	0,00	0,00	101 156,26	624 436,34	624 436,34

Guarda, 13 de Abril de 2026

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557



A Administração



PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 257 998,73	1 016 047,48
Pagamentos a fornecedores		(546 300,91)	(444 139,25)
Pagamentos ao pessoal		(500 420,21)	(441 132,17)
Caixa gerada pelas operações		211 277,61	130 776,06
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(29 416,93)	(13 593,21)
Outros recebimentos/pagamentos		(35 234,74)	(39 681,96)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		146 625,94	77 500,89
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		(85 204,73)	(85 204,73)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(85 204,73)	(85 204,73)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		75 000,00	75 000,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(9 342,37)	(19 213,65)
Juros e gastos similares		(7 101,62)	(9 393,59)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		58 556,01	46 392,76
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		119 977,22	38 688,92
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		104 305,55	65 616,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período		224 282,77	104 305,55

Guarda, 13 de Abril de 2026

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557

A Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2025



ANEXO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO:

1.1 Designação da Entidade:

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

1.2 Sede:

Sediada no Largo de São João, Centro Comercial Garden, Loja 21, freguesia da Guarda.

1.3 Natureza da atividade:

Tem como objeto social a mediação de seguros (C.A.E. 66220-R3) e número de pessoa coletiva 505.100.436.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo assim sido adotadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 *Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da empresa. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a

que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.



2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As demonstrações financeiras do exercício de 2025 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2024.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Ativos Intangíveis

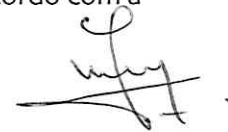
Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Tais ativos correspondem a carteiras de seguros adquiridas nos termos do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 7/2019 de 16-01-2019 com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Anualmente são efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Fiscalmente e na sequência de despacho da Senhora Diretora de Serviços de IRC de 07/02/2012, foi autorizada a sua dedutibilidade.

O Goodwill gerado no exercício, derivado de uma fusão, será amortizado em 10 anos de acordo com a NCRF 6 – Ativos Intangíveis.



c) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Fiscalmente, as depreciações estão enquadradas nas taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

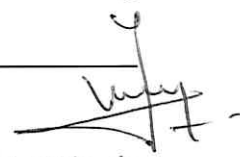
- d) Locação Financeira** – Encontra-se registado em Ativos Fixos Tangíveis um imóvel adquirido em exercícios anteriores com recurso a locação financeira, encontrando-se a dívida à Sociedade Financeira registada no Passivo, em Financiamentos obtidos, pelo respetivo custo de aquisição.

Mensalmente, ao efetuar-se o pagamento das rendas, evidencia-se quer o montante do capital amortizado quer o juro.

- e) Acréscimos e Diferimentos** - A Empresa regista nestas rubricas, de acordo com o princípio do acréscimo, as despesas e as receitas imputáveis ao presente exercício que apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

f) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.



g) Rédito

O rédito é proveniente das prestações de serviços e é integralmente referente à obtenção de comissões de seguros decorrentes da atividade exercida, sendo reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

h) Impostos sobre o rendimento

A estimativa de IRC é apurada de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta o previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

i) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras contas a receber

Os movimentos com clientes e outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

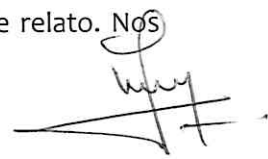
Outras dívidas a terceiros e Acionistas

As contas de outros terceiros e acionistas encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro nominal são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos não correntes quando a empresa tem o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato. Nos restantes casos são contabilizados em passivos correntes.



Os financiamentos referem-se a empréstimo efetuado pelos acionistas à empresa e dívida referente a contrato de locação financeira.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar» e «Diferimentos».

Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em depósitos bancários, imediatamente realizáveis.

j) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

k) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.



3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a empresa intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

4. Fluxos de caixa



4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Rubrica	2025	2024
Caixa	5 283	4 672
Depósitos à Ordem	219 000	99 633
Total	224 283	104 306

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2024 de acordo com a NCRF 4.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 Partes Relacionadas:

Descrição das partes relacionadas:

- José António Monteiro Costa
- Isabel Maria Rabaço Felízio da Costa
- João Francisco Felízio Costa
- Ana Isabel Felízio Costa

6.2 Remunerações do pessoal chave de gestão:

Total de remunerações: 0,00 euros.

6.3 Saldos com partes relacionadas:

Rubrica	Saldo 31-12-2025	Nat.	Saldo 31-12-2024	Nat.
26 - Sócios	75 000,00	Devedor	75 000	Devedor

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Quantia escriturada de cada ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida e razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:



Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

Tal como mencionado no ponto 3.1 b), os ativos intangíveis correspondem a carteiras de seguros adquiridas nos termos do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 7/2019 de 16-01-2019, com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Em 31-12-2025 foram efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Tais testes consistiram na análise objetiva ao valor recuperável dos ativos subjacentes, subtraindo-se ao valor escriturado o montante proporcional de apólices canceladas.

Conforme Ofício n.º 3360 de 16-02-2012 enviado pela Direção de Serviços do Imposto sobre O Rendimento das Pessoas Coletivas à empresa, estas imparidades têm aceitação fiscal.

Igualmente, no exercício de 2024 e derivado de uma fusão com a entidade João Santos & Filhos, Mediação de Seguros, Lda, foi gerado um Goodwill de 72.000 euros que será amortizado em 10 anos, de acordo com a NCRF 6 – Ativos Intangíveis.

b) Quantia bruta escriturada e qualquer imparidade acumulada no começo e fim do período:

Rubricas	Situação Final (31-12-2025)			Situação Final (31-12-2024)		
	Quantia Bruta	Imparidades /	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidades	Quantia escriturada
		Amortizações acumuladas			acumuladas	
Goodwill	72 000 €	14 400 €	57 600 €	72 000 €	7 200 €	64 800 €
Carteiras de Seguros	567 195 €	386 235 €	180 960 €	560 096 €	332 063 €	228 034 €
Total	639 195 €	400 635 €	238 560 €	632 096 €	339 263 €	292 834 €

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Depreciações	Imparidades	Transferências	Saldo Final
Goodwill	72 000 €	0 €	0 €	14 400 €	0 €	0 €	57 600 €
Carteiras de seguros	228 034 €	7 099 €	0 €	0 €	54 172 €	0 €	180 960 €
Total	300 034 €	7 099 €	0 €	14 400 €	54 172 €	0 €	238 560 €



7.3. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis. As carteiras de seguros adquiridos em anos anteriores encontram-se a ser liquidadas de acordo com os contratos assinados.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, enquadrando-se nas taxas máximas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8

d) **Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:**

Rubricas	Situação Final (31-12-2025)			Situação Final (31-12-2024)		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Edifícios e outras construções	183 523 €	42 801 €	140 722 €	183 523 €	39 131 €	144 392 €
Equipamento básico	49 845 €	45 436 €	4 409 €	49 845 €	43 208 €	6 637 €
Equipamento de transporte	5 800 €	5 800 €	0 €	5 800 €	5 800 €	0 €
Equipamento administrativo	54 837 €	53 516 €	1 321 €	54 238 €	51 126 €	3 112 €
Total	294 005 €	147 553 €	146 452 €	293 406 €	139 264 €	154 142 €

c) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**

Rubricas	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas Imparidade	Saldo Final
Edifícios e outras construções	144 392 €	- €	- €	- €	3 670 €	- €	140 722 €
Equipamento básico	6 637 €	- €	- €	- €	2 228 €	- €	4 409 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	0 €	- €	0 €
Equipamento administrativo	3 112 €	599 €	- €	- €	2 391 €	- €	1 321 €
Total	154 142 €	599 €	- €	- €	8 289 €	- €	146 452 €

8.2 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Em anos anteriores foi adquirida com recurso a locação financeira a fração autónoma UCB, referente a uma loja no rés-do-chão do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo, portanto, a sociedade locadora a legítima possuidora do imóvel.

9. LOCAÇÕES

a) **Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:**

Designação do Bem	Activo Bruto	Amortização Exercício	Amortizações Exercícios Anteriores	Activo Líquido
Fracção UCB - Lojas 21 - CC Garden	183 523	3 670	39 131	140 722
TOTAL	183 523	3 670	39 131	140 722

b) **Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente:**

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticada nestes financiamentos.



c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor nominal, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Valor data do balanço	Valor presente < 1 ano (2025)	Valor presente 1>5 <anos (2026 - 2029)
Contrato locação financeira CLF	16 786 €	9 809 €	6 977 €
Total	16 786 €	9 809 €	6 977 €

Em 31 de Dezembro de 2025, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2026):	9.809€
Passivo não corrente (ano 2026 e seguintes):	6.977€

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela titularidade do imóvel.

10. IMPARIDADE DE ACTIVOS

10.1 Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período:

No exercício de 2025 foram efetuados testes de imparidade aos ativos intangíveis resultantes das aquisições de carteiras de seguros relativamente às quais não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos de caixa líquidos para a entidade.

Rubricas	Depreciações e imparidades acumuladas			
	Saldo Final (31-12-2024)	Reforço	Reversão	Saldo Final (31-12-2025)
Carteiras de Seguros	332 063 €	54 172 €	- €	386 235 €
Total	332 063 €	54 172 €	0 €	386 235 €

10.2 Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual, ou para uma unidade geradora de caixa:

a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento da perda por imparidade:

As perdas por imparidade reconhecidas resultam do teste anual efetuado à quantia recuperável dos ativos associados às carteiras de seguros adquiridas e com vidas úteis indefinidas.

O teste realizado assentou na determinação objetiva do valor de cada apólice (de cada carteira adquirida) cancelada no exercício de 2025.



11. RÉDITO

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela sociedade. O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

Rubricas	2025	2024	Variação	Variação %
Prestações de Serviços	1 266 711	1 011 322	255 389	25%

12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

12.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo encontram-se relevados na demonstração de resultados do período económico.

12.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

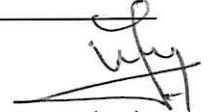
A empresa não beneficiou de quaisquer formas de apoio do Governo.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1. Autorização para emissão:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 13 de abril de 2026.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



O período subsequente ao encerramento do exercício mantém-se marcado por um contexto macroeconómico exigente e incerto, suscetível de gerar pressões adicionais sobre a atividade das entidades.

Ainda assim, com base na informação atualmente disponível, não se identificam fatores que comprometam a continuidade das operações da entidade no futuro previsível. A gestão permanece, contudo, atenta à evolução do enquadramento económico, avaliando de forma contínua os potenciais impactos e adotando, sempre que necessário, medidas de mitigação adequadas.

No entanto, a Administração entende que se mantém apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

Destaca-se ainda que a inexistência de efeitos significativos ao nível das áreas das contas sujeitas a julgamento e incerteza de estimativa, nomeadamente, entre outras: mensurações ao justo valor; imparidades de ativos; avaliação das perdas esperadas nos créditos; mensuração e reconhecimento do rédito; e requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras. Também não se verificaram quaisquer incumprimentos contratuais, de contratos onerosos e planos de reestruturação.

13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.


Não ocorrem acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

a) Gasto (rendimento) de impostos correntes:

O imposto corrente contabilizado, no montante de 29.417 euros, corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data do balanço. Concretamente, o valor de imposto em causa respeita à estimativa de IRC com base na taxa norma de IRC e também à derrama e tributações autónomas.



b) Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

No exercício de 2024 foi reconhecido 248,83 euros de ajustamentos em resultados decorrentes de impostos de exercícios anteriores.

14.2 Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico:

O quadro seguinte apresenta a reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico e também a evidenciação da taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Resultado contabilístico antes de impostos	130 573 €	59 514 €
Resultado tributável	150 749 €	78 030 €
Taxa de imposto (IRC)	12.5% - 21%	12.5% - 21%
Imposto estimado	26 400 €	12 136 €
Tributações autónomas	1 510 €	677 €
Derrama	1 507 €	780 €
Total de Imposto (IRC) do período	29 417 €	13 593 €
Taxa efectiva de imposto (IRC)	23%	23%

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

Categorias de ativos e passivos financeiros:

15.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

15.2.1. Clientes/Fornecedores/Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2025			Situação em 31/12/2024		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Clientes	24 419 €	- €	24 419 €	15 706 €	- €	15 706 €
Outras créditos a receber	147 315 €	- €	147 315 €	145 704 €	- €	145 704 €
Estado e outros entes publicos	0 €	- €	0 €	905 €	- €	905 €
Diferimentos	39 596 €	- €	39 596 €	30 873 €	- €	30 873 €
Total	211 329 €	0 €	211 329 €	193 189 €	0 €	193 189 €
Passivos						
Fornecedores	5 003 €	- €	5 003 €	3 091 €	- €	3 091 €
Estado e outros entes publicos	34 301 €	- €	34 301 €	24 280 €	- €	24 280 €
Outras dívidas a pagar	140 098 €	- €	140 098 €	152 890 €	- €	152 890 €
Total	179 402 €	0 €	179 402 €	180 261 €	0 €	180 261 €

15.2.2 Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2025			Situação em 31/12/2024		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos bancários	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Locações financeiras	9 809 €	6 977 €	16 786 €	8 799 €	17 329 €	26 129 €
Total	9 809 €	6 977 €	16 786 €	8 799 €	17 329 €	26 129 €

15.2.3 Investimentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Rubricas	Situação em 31/12/2025			Situação em 31/12/2024		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Outros Investimentos financeiros	- €	- €	- €	700 €	- €	700 €
Total	- €	- €	- €	700 €	- €	700 €

15.2.4 Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, eram os seguintes os Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo:

Rubrica	31/12/2025	31/12/2024
Capital Próprio		
Capital social subscrito	75 000	75 000
Total	75 000	75 000

15.3 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Rubricas	Situação em 31/12/2025			Situação em 31/12/2024		
	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença
Passivos financeiros						
Financiamentos Obtidos	0 €	7 616 €	-7 616 €	0 €	9 687 €	-9 687 €
Total do Passivo	0 €	7 616 €	-7 616 €	0 €	9 687 €	-9 687 €

15.4 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social no montante de 75.000 euros encontra-se integralmente realizado.

15.5 Número de ações/quotas representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O capital social encontra-se distribuído por 75.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro cada.

15.6 Reconciliação, para cada classe de ações/quotas, entre o número de ações/quotas em circulação no início e no fim do período.

No exercício de 2025 não foram emitidas novas ações.

15.7 Quantias de aumentos de capital realizado no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

Não houve no exercício aumentos de capital social no exercício de 2025.

16. DIFERIMENTOS

A conta de diferimentos engloba gastos com 39.596€ a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período seguinte, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios).

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as rubricas da demonstração de resultados Fornecimentos e Serviços Externos apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2025	31/12/2024
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	26 975	42 888
Publicidade e Propaganda	2 570	3 244
Vigilância e Segurança	139	0
Honorários	234 304	203 886
Comissões	60 182	40 002
Conservação e Reparação	7 958	12 639
Materiais		
Ferramentas e ut. desg. rápido	3 928	8 476
Material de escritório	8 645	9 455
Artigos para oferta	166	45
Energia e Fluidos		
Electricidade	10 669	9 961
Combustíveis	9 954	9 740
Água	1 313	1 128
Outros	0	35
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	13 975	17 107
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	135 534	40 265
Comunicação	12 600	13 497
Seguros	6 334	13 780
Contencioso e notariado	10	1 194
Despesas de representação	2 306	3 998
Limpeza, higiene e conforto	7 387	4 934
Outros Serviços	3 265	4 136
Total	548 213	440 409

18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações dos Órgãos Sociais	- €	- €
Remunerações do Pessoal	418 462 €	362 556 €
Indeminizações	- €	702 €
Encargos sobre remunerações	72 819 €	64 992 €
Seguros de acidentes de trabalho	1 825 €	2 440 €
Outros gastos com o Pessoal	7 314 €	10 442 €
Total	500 420 €	441 132 €

O número médio de funcionários durante o período foi de 21 (20 no ano anterior).

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo de empregados e bem assim benefícios atribuídos a título de cessação de emprego.

19. OUTROS GASTOS / OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as rubricas da demonstração de resultados Outros gastos e Outros rendimentos e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2025	31/12/2024
Outros gastos		
Impostos	2 232 €	1 134 €
Dívidas incobráveis	6 360 €	0 €
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0 €	16 681 €
Correcções relativas a períodos anterior	6 322 €	10 500 €
Donativos	1 898 €	1 334 €
Quotizações	1 710 €	1 265 €
Insuficiência da estimativa para imposto	249 €	0 €
Outros não especificados	616 €	1 109 €
Total	19 387 €	32 023 €
Outros rendimentos		
Ganhos em inventários	6 167 €	0 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	0 €	2 338 €
Outros não especificados	2 478 €	0 €
Total	8 644 €	2 338 €

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2025			Situação em 31/12/2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o rendimento	0 €	0 €	0 €	905 €	0 €	905 €
Total do activo	0 €	0 €	0 €	905 €	0 €	905 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	17 885 €	0 €	17 885 €	10 569 €	0 €	10 569 €
Retenção de impostos s/ rendimento	6 163 €	0 €	6 163 €	5 363 €	0 €	5 363 €
Contribuições p/ Segurança Social	10 254 €	0 €	10 254 €	8 348 €	0 €	8 348 €
Total do passivo	34 301 €	0 €	34 301 €	24 280 €	0 €	24 280 €

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas num prazo superior a doze meses para cada linha de item de ativo e de passivo que combine quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas: i) até doze meses após a data do balanço; e ii) após doze meses da data do balanço.

Ver as anteriores notas 9 e 15.2.2 do presente Anexo.

21.2 A quantia e a natureza de elementos isolados dos rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Não existem rendimentos e/ou gastos com dimensão ou incidências excepcionais.

21.3 A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

É proposto pela Administração da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2025, o qual se cifrou em 101.156,26€, seja aplicado do seguinte modo:

- Reservas legais: 5.057,81€
- Resultados transitados: 96.098.45€

21.4 Outras divulgações

- 1- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- 2- Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- 3- Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais
Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 1.800 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros serviços pela SROC, no ano de 2025. Em 31 de Dezembro existia o montante em dívida de 1.107€ relativamente a honorários ao Fiscal Único / SROC.

22. RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS



22.1 – Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

A Publisegur reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece o rendimento pelo justo valor das quantias recebidas ou a receber proveniente das comissões das seguradoras.

22.2 – Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2025	2024
Numerário/Cheque/Transferência	1 242 292 €	995 616 €
Remunerações a receber	24 419 €	15 706 €
TOTAL PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 266 711 €	1 011 322 €
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0 €	0 €
Total	1 266 711 €	1 011 322 €

22.3 – Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem.

Por entidade	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Empresas de Seguros	20 454 €	37 149 €	1 246 258 €	974 128 €	0 €	46 €
Outros Mediadores	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	20 454€	37 149 €	1 246 258 €	974 128 €	0 €	46€

22.4 – Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade	Remunerações	
	2025	2024
Empresas de Seguros	100,0%	100,0%
Outros Mediadores	0,0%	0,0%
Clientes	0,0%	0,0%
TOTAL	100%	100%

22.5 – Valores das contas “clientes” no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;

Em 31-12-2025 e 31-12-2024 os saldos da conta “clientes (seguradoras)” eram os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Conta Clientes	24 419 €	15 706 €

22.6 – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.

Por entidade	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2025	2024	2025	2024
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0 €	0 €	0 €	0 €
Empresas de seguros	147 315€	145 704€	140 098€	152 890€
Empresas de Resseguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros mediadores	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	147 315€	145 704€	140 098€	152 890€

22.7 – Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2025	2024	2025	2024
Fundos recebidos com vista serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	24.419 €	15.706 €	0 €	0 €
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0 €	0 €	0 €	0 €
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras quantias:	0 €	0 €	0 €	0 €
Diferimentos	39.596 €	30.873 €	0 €	0 €
Remunerações a Liquidar	0 €	0 €	63.370 €	57.870 €
Aquisição de carteira de seguros	0 €	0 €	6.204 €	73.204 €
Outros não relacionados com seguros	0 €	0 €	33.000 €	33.000 €
Acréscimo de gastos	0 €	0 €	18.176 €	12.649 €

TOTAL	64.015 €	46.579 €	120.750 €	176.723€
-------	----------	----------	-----------	----------



22.8 – Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final de exercício).

Contas a receber	Até 8 dias		Até 15 dias		Até 30 dias	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Sem imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	24 419 €	15 706 €
Com imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	0 €	0 €	0 €	0 €	24 419 €	15 706 €

22.9 – Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito.

Não Aplicável.

22.10 – Transmissões de carteiras de seguros.

Carteira de Seguros			
Transmissões recebidas		Transmissões efetuadas	
2025	2024	2025	2024
7099	5 830	-	-

22.11 – Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela.

Contratos de mediação de seguros cessados	Indemnizações de Clientela	
	2025	2024
	-	-

22.12 – Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes.

Obrigações Materiais	Obrigações Materiais	
	2025	2024
	-	-

22.13 – Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada



uma, pelo menos 5% do total das remunerações.

Cód. ASF	Segurador	Vida	Não Vida	Total	%
1197	Generali S.A.	13 584,36 €	410 982 €	424 566 €	34,62%
1011	Fidelidade S.A.	5 891,19 €	299 444 €	305 335 €	24,90%
1205	Generali Seguros y Reaseguros, S.A.	3 878,30 €	117 316 €	121 194 €	9,88%
1026	Lusitânia, S.A.	0,00 €	71 471 €	71 471 €	5,83%
1129	Ageas Portugal, S.A.	0,00 €	60 480 €	60 480 €	4,93%
1028	Allianz Portugal, S.A.	2 810,12 €	98 748 €	101 558 €	8,28%
1133	Caravela, S.A.	0,00 €	58 368 €	58 368 €	4,76%
1184	Zurich, S.A.	0,00 €	83 239 €	83 239 €	6,79%

22.14 – Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança	Valor total dos fundos	
	2025	2024
	0,00 €	0,00 €

22.15 – Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe foram outorgados poderes de cobrança.

Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	Valor dos fundos	
	2025	2024
	0,00 €	0,00 €

22.16 – Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas.

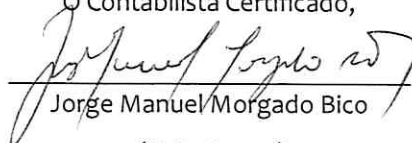
Transferência de valores (prémios) para entrega aos às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	Valor total dos fundos	
	2025	2024
	0,00 €	0,00 €

22.17 – Apresenta-se em seguida o valor das remunerações auferidas por segurador e segregadas entre os ramos Vida e Não Vida, no exercício de 2025.

Cód. ASF	Segurador	Vida	Não Vida	Total	%
1011	Fidelidade S.A.	5 891,19 €	299 443,66 €	305334,85	24,10%
1197	Generali S.A.	13 584,36 €	410 981,67 €	424566,03	33,52%
1205	Generali Seguros Y Reaseguros, S.A.	3 878,30 €	117 316,07 €	121194,37	9,57%
1026	Lusitânia, S.A.	0,00 €	71 470,56 €	71470,56	5,64%
1129	Ageas Portugal, S.A	0,00 €	60 479,82 €	60479,82	4,77%
1028	Allianz Portugal, S.A.	2 810,12 €	98 748,11 €	101558,23	8,02%
1133	Caravela S.A.	0,00 €	58 367,73 €	58367,73	4,61%
1184	Zurich, S.A.	0,00 €	83 238,75 €	83238,75	6,57%
1160	Victória Seguros, S.A.	0,00 €	10 765,57 €	10765,57	0,85%
1039	Ageas Vida, S.A.	2 350,25 €	0,00 €	2350,25	0,19%
4608	Mgen	0,00 €	4 213,15 €	4213,15	0,33%
1097	Una S.A.	0,00 €	8 068,43 €	8068,43	0,64%
1025	Lusitânia Vida, S.A.	2 695,05 €	0,00 €	2695,05	0,21%
1173	Chubb - Sucursal em Portugal	0,00 €	1 566,35 €	1566,35	0,12%
1029	Real Vida, S.A.	1 264,87 €	395,56 €	1660,43	0,13%
1126	Prevoir, S.A.	956,04 €	0,00 €	956,04	0,08%
1199	Asisa Vida S.A.U.	2 039,71 €	0,00 €	2039,71	0,16%
1200	Aig - Sucursal em Portugal	0,00 €	1 117,29 €	1117,29	0,09%
1145	Mapfre Seguros, S.A	0,00 €	1 287,54 €	1287,54	0,10%
1132	Zurich Vida, S.A.	1 533,93 €	0,00 €	1533,93	0,12%
1188	Metlife Europe	581,50 €	0,00 €	581,50	0,05%
1098	Una Vida S.A.	54,41 €	0,00 €	54,41	0,00%
1096	Victória Seguros Vida, S.A.	108,78 €	0,00 €	108,78	0,01%
1186	Mapfre Vida S.A.	167,66 €	0,00 €	167,66	0,01%
1157	Arag, Se	0,00 €	26,19 €	26,19	0,00%
5059	KRAVAG-LOGISTIC Versicherungs-AG	0,00 €	173,32 €	173,32	0,07%
4171	Axa Versicherung AG	0,00 €	315,70 €	315,70	0,04%
4039	HDI Global SE	0,00 €	819,53 €	819,53	0,04%
Total		37 916,17 €	1 228 795,00 €	1 266 711,17 €	

Guarda, 13 de Abril de 2026

O Contabilista Certificado,


Jorge Manuel Morgado Bico

(C.C. nº 4557)

A Administração,





MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 251 936 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 820.624 euros e um total de capital próprio de 624.436 euros, incluindo um resultado líquido de 101.156 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Sede
Rua Barão Reis, n.º 81
6300 – 508 GUARDA
Tel: 274 227308 * Fax: 274 227304
Email: rs@estrcp.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 819 – Ed. Marco – Sala 101
3000 – 175 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: ger@trpcoimbramta.pt

Delegação Viana
Rua Esp. de Quilós, nº16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 436277 * Fax: 232 436279
Email: pb@trpvianarob@trpcoimbramta.pt



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção



- material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

